

ENTREVISTA COM A PROFESSORA ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

Entrevista realizada por:
Israel Rocha Dias¹
Michell Pedruzzi Mendes Araújo²
Rogério Drago³

Ana Maria Lunardi Padilha nasceu em 1944 em Jaboticabal, interior do estado de São Paulo e mudou-se para Campinas ainda menina. A partir de 1963, foi professora de educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Graduiu-se em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1974), fez mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e doutorado em Educação⁴, na linha de pesquisa Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atuou como professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba até 2017. Atualmente é pesquisadora⁵ e palestrante na área da Educação. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em Desenvolvimento Humano e a Escola de Vigotski, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, educação especial na perspectiva da inclusão, educação em saúde, práticas educativas escolares e não escolares, e processos de ensino e aprendizado.

Padilha é autora e organizadora de livros, autora de capítulos de livros e artigos publicados em diversos periódicos. Dentre suas principais produções, destacamos as obras: *Práticas pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental*⁶, livro oriundo de sua tese de doutoramento, que foi publicado pela Editora Autores Associados e que já está na 4ª Edição; *Possibilidades de histórias ao contrário: como desencaminhar o aluno da classe especial*, pela editora Plexus e que se encontra na 3ª Edição; *Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar*, livro

¹ Doutor e Mestre em Educação pelo PPGE/CE/ UFES. Licenciado em Pedagogia (Faculdade São Geraldo). Professor do Magistério Superior da Faculdade Multivix – Cariacica. Professor de Educação Especial da Prefeitura Municipal de Viana. E-mail: isrocha30@gmail.com

² Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Doutor e Mestre em Educação-PPGE/CE/UFES. Licenciado em Ciências Biológicas (UFES) e Pedagogo (Unicesumar). E-mail: michellpedruzzi@ufg.br

³ Professor do Centro de Educação e do PPGE da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Ciências Humanas - Educação pela PUC-Rio e mestre em Educação (UFES). Licenciado em Pedagogia (UFES). E-mail: rogerio.drago@gmail.com

⁴ O orientador do seu doutoramento foi o renomado professor Dr. Angel Pino Sirgado, já falecido.

⁵ Instituto de Pesquisa Heloísa Marinho, no Rio de Janeiro.

⁶ Consideramos esta obra uma leitura obrigatória para os professores, estudantes e pesquisadores da área da educação especial, sobretudo os da subárea Deficiência Intelectual.

escrito em parceria com a professora Dra. Ivone Martins de Oliveira da Ufes, e que foi publicado pela Editora Papirus.

Tendo em vista as produções e titulações supracitadas, bem como a relevância de Anna Maria Lunardi Padilha para a educação especial numa perspectiva inclusiva, realizamos uma entrevista presencial com a professora na manhã do dia 26 de junho de 2019, aproveitando que ela se encontrava na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), participando de um evento do Grupo de Estudo sobre o Autismo, vinculado ao Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Educação Especial, do Centro de Educação da Ufes. A entrevista foi gravada e transcrita na íntegra, a fim de preservarmos as falas da professora.

Professora, a senhora é uma referência para nós no que tange à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Conte-nos um pouco: foi a senhora que escolheu esta área de trabalho e/ou pesquisa ou foi a educação inclusiva que a escolheu? Nesse contexto, fale um pouco, por gentileza, da sua trajetória na área da educação.

Eu acho essa pergunta de vocês interessante porque ela dá uma abertura e uma possibilidade de eu responder aquilo que para vocês deve ser muito curioso, porque faz parte da história da educação no Brasil. Como eu já tenho 75 anos de idade e estou na luta pela educação desde muito nova, eu participei um pouco dessa história.

O que acontecia? Não existia educação especial e muito menos educação inclusiva, quando eu fiz o magistério. Eu terminei o magistério em 1963, logo veio a ditadura, então, era uma luta muito grande pela volta da democracia, que a gente lutou por muito tempo, e o papel de professora, nessa ocasião, era muito importante, porque o momento e o lugar que a gente tinha para defender a democracia era a escola.

As crianças com deficiência não estavam na escola, mas a gente não tinha essa divisão entre educação especial e educação inclusiva; a gente queria educação para todos. Educação para todos já era uma proposta desde Comenius, no século XVII. Na verdade, essa era uma luta, a de todas as crianças estarem na escola. Então, é interessante porque não foi uma escolha: ou ser escolhida ou escolher. Eu escolhi ser professora, para ser professora de qualquer criança ou de qualquer pessoa que precisasse. Então, como é que foi essa escolha ou essa necessidade de ser professora? Eu dei aula na educação infantil, no ensino fundamental, na educação de jovens e adultos, trabalhei com alfabetização dos marinheiros do Rio Paraná, educação indígena, ensino em várias séries. Vamos dizer assim, eu trabalhei com

alfabetização e depois com a pedagogia, depois fui fazer o mestrado, depois fui fazer o doutorado, para poder também dar aula na universidade e formar professores.

Enquanto isso, eu optei por atender, individualmente, crianças que à época eram chamadas de “alunos com dificuldades de aprendizagem”. Não se falava em *crianças de inclusão*; essa nomenclatura não existia e eu organizei um Centro de Educação em Campinas. Convidei alguns colegas para trabalhar comigo, e nós atendíamos crianças e adolescentes que a escola encaminhava, como sendo as que não acompanhavam a escola.

A opção foi por trabalhar com a criança, com adolescente, com sua família e com sua escola. Foi ficando nítida para mim a ideia de que a gente não trabalha só criança ou adolescente, ou só culpa a família ou só culpa a escola, ideia que ainda hoje nós estamos lutando para ultrapassar: a ideia das culpas. Eu dizia que eu queria trabalhar com a tríade escola/criança/família. Então, nesse instituto, neste centro de orientação, eu trabalhei mais de 30 anos, e enquanto isso, a legislação foi mudando, foi chegando a discussão sobre a inclusão etc. Bem mais tarde, fui compreender melhor a necessidade de analisar a universalidade, a particularidade e a singularidade quando quisesse compreender melhor a escola, a família e o desenvolvimento humano.

Mas, desde antes disso, eu já trabalhava com essa ideia. Fui atrás do mestrado para poder *desencaminhar* as crianças da classe especial, que é o que existia. Elas não estavam incluídas, e as classes especiais estavam dentro da escola regular, mas era uma turma separada, com uma professora separada, e ficavam assim: aqueles são os “deficientes”, aqueles são os “doidinhos”, aqueles são os “doentes”. Então, o mestrado que eu fui fazer em 1992 foi para fazer uma crítica severa a essa segregação das classes especiais.

Professora, como se deu a sua formação para a educação especial: foi por meio de formação inicial, continuada...? Diante disso, qual é o papel da formação continuada para o processo de formação dos professores na perspectiva da educação inclusiva?

Quando vocês perguntam a questão da educação continuada, por exemplo, fazer uma pós-graduação Lato Sensu, cursar um mestrado ou doutorado, pode ser considerado uma educação continuada, porque você não para de estudar, continua por meio do estudo, da leitura, da pesquisa, da publicação etc. Você procura contribuir com o avanço no conhecimento sobre ser professor/a ou ser melhor professor/a etc. O que eu queria, que eu já falei anteriormente, mas quero repetir, é que eu acho que a educação específica sobre as

deficiências, diferenças, de educação específica para atendimento de surdos, de cegos, essas especializações são as que fazem parte da educação continuada, elas vieram a ser necessárias há pouco tempo. É porque os cegos, os surdos estavam também isolados, estavam também em casa ou em Instituto do cego, Instituto do surdo... Essas crianças não estavam na escola.

Junto com o desenvolvimento da Medicina, começou-se a fazer prevenção da cegueira, prevenção da surdez, com os exames pré-natal, ou pós-nascimento. O que eu estou dizendo, o que eu estou chamando de educação continuada hoje é a procura de continuar estudando e entendendo o desenvolvimento e a educação a partir da formação inicial na pedagogia, por exemplo, mas também poderia ter essa formação na psicologia ou na fonoaudiologia. Eu penso assim que a gente tem falado em formação continuada mais para o pedagogo, mas eu acho que não é, não é isso, está mal compreendido. Continuar a formação é não parar de estudar, não parar de atuar. Diferente de conceber a formação continuada como correr atrás de novidades dos programas oficiais oferecidos pelas empresas. Para mim, não é isso.

Então, o mestrado foi, em termos, de formação continuada para mim; o mestrado foi para entender e fazer uma crítica severa ao isolamento na classe especial. Durante o mestrado eu tive certeza que a deficiência intelectual existe e ela precisa ser enfrentada. Houve um período que a gente queria camuflar e dizer que todo mundo era *normal*, e que todo mundo era igual. Então, é mais aquilo que Saviani chama de “Curvatura da Vara”, de repente você está no extremo de que todos os deficientes não são capazes e depois em um extremo que não existe deficiência. Tem um movimento na história até se chegar em: as deficiências existem e elas vão ser enfrentadas, como elas vão ser enfrentadas? É isso que eu chamo de educação continuada.

E aí, no doutorado, eu me propus a estudar a deficiência mental que existe, a deficiência profunda que não deixa a pessoa estar na escola, de tão grave que é. E como é que a gente lida com isso? Então a tese de doutorado, que foi a história de Bianca – e que vocês conhecem.

Ao analisarmos suas produções, percebemos que a senhora se alicerça teoricamente no materialismo histórico e dialético de Vigotski e Bakhtin, entre outros autores. Gostaríamos que explicasse para nós o motivo dessa escolha.

Essa é uma pergunta difícil de responder. Vocês fizeram uma pergunta que daria um curso inteiro para responder, mas eu penso que poderia dizer o seguinte: ao escolher a teoria de Vigotski, obrigatoriamente eu estava escolhendo, mesmo que eu não tivesse consciência no primeiro momento, a filosofia marxiana, porque não é possível aceitar Vigotski ou mesmo Bakhtin, entre outros autores russos, sem estar ciente de que a metateoria ou a filosofia da teoria psicológica ou a filosofia do próprio Bakhtin é marxista.

Então, ao assumir Marx como o fundamento de Vigotski, ele tinha que ser fundamento para mim também, e aí eu teria que estudar muito mais sobre Marx. E ao estudar mais sobre Marx, a gente vê que o método de pesquisa e o método de estudo do Vigotski é o materialismo histórico dialético. Assim, se eu quero seguir Vigotski, eu preciso estudar o materialismo dialético, que é uma visão de mundo, uma visão de sujeito, uma visão de sociedade, uma visão de educação, enfim, é um modo de enxergar a realidade, que é um modo que Vigotski adotou baseado na obra do Karl Marx e de Engels.

Essa escolha é para mim é uma escolha necessária. Agora, tudo isso com uma proposta de uma psicologia e de uma educação socialista que Vigotski tinha, e quem segue Vigotski, no meu entender, deveria também ter essa perspectiva de uma educação socialista, inclusiva e para todos. Eu assumo a ideia da inclusão justamente nessa perspectiva socialista.

Professora Padilha, gostaríamos que a senhora nos desse pistas de como as escolas de educação básica podem promover efetivamente a inclusão dos sujeitos com deficiência intelectual.

O que chamou atenção na pergunta de vocês foi a palavra “efetivamente”. Efetivamente um desejo de que isso não seja mentira, que isso seja verdade, efetivamente me parece assim, é isso, é porque é. E aí, esse efetivamente, eu diria, que não existe sem estudo, sem conhecimento, sem uma organização do sistema escolar. Saviani me ajuda muito a pensar nesse “efetivamente inclusiva”, porque ele diz que no Brasil nós não temos ainda um sistema educacional, agora menos ainda. Então, nós precisaríamos ter um sistema, ter um sistema organicamente organizado, uma organização da educação de forma orgânica, e não fragmentada – educação disso, educação daquilo. Efetivamente, para mim, quer dizer isso: primeiro, ser um sistema de educação, estar organicamente posto para a educação, ter profissionais para gerir essa educação, estar sempre em estudo, sempre em pesquisa, sempre descobrindo formas mais adequadas de lidar. Agora tem uma coisa importante no

efetivamente que eu queria deixar nítido que é a questão da política e do financiamento dessa educação.

Hoje, quem está financiando a educação no Brasil são as empresas privadas, com interesses privados, não é o Estado. Na verdade, o Estado deveria assumir a responsabilidade da educação escolar para todos, e para isso são necessárias mais escolas, mais salas de aula, mais profissionais, menos alunos por sala de aula, diferenciação nos horários para atendimento das crianças e adolescentes que necessitam de apoio, auxiliares em sala de aula, mas auxiliares formados. Formação em Libras. Formação para o domínio de todos os avanços que se teve em relação ao atendimento dos cegos e surdos, inclusive para os funcionários da escola onde estão as crianças cegas e surdas.

Então, a hora que vocês falam *efetivamente*, é uma organização do sistema. A reorganização dessa escola como ela está hoje. Há esforços das pessoas, de grupos, de algumas prefeituras, mas eu acho que nós não temos ainda, *efetivamente*, a inclusão.

As pessoas que estão trabalhando estão ganhando muito pouco, os professores têm salários que mostram como o nosso Estado brasileiro não valoriza o trabalho dos professores. Então, não há inclusão efetivamente. Concluindo para vocês: sem toda essa organização social, econômica e política, haverá só tentativas muito louváveis de pessoas ou de pequenos grupos, mas sem a mudança social radical eu não vejo possibilidade.

Ao seu ver, quais são os principais entraves dos sistemas de ensino para a não promoção da inclusão efetiva dos educandos "público-alvo da educação especial"?

Para responder a esta questão, a professora utilizou esta citação:

Um país que destrói a escola pública não o faz nunca por dinheiro, porque há falta de recursos ou seu custo é excessivo. Um país que faz o desmantelamento da educação, das artes e das culturas, já é governado por aqueles que têm algo a perder com a disseminação do conhecimento (ÍTALO CALVINO, 1974).

Sabemos que não há uma receita pronta, mas que pistas/dicas a senhora daria para um professor da educação básica que acabou de receber em sua sala de aula um aluno com deficiência intelectual, por exemplo?

Não deveria ser surpresa para ninguém receber qualquer aluno em sala de aula. Receber pela primeira vez um aluno significa sempre ter que se preparar e, muitas vezes, sair

do caminho reto, plano. Eu estou achando que é o viés da discussão de inclusão, porque a preparação do professor tem que ser para receber todos os alunos que vão chegar, desde que ele saiba que a organização de cada Unidade Escolar está preparada para isso, tem lugar para atendimento, tem gente para ajudar, tem auxiliares preparados, tudo aquilo que eu falei naquela questão, então assim, está chegando o aluno, olha, esse é cego, está chegando um com autismo. Como vamos acolher? O Currículo da Prefeitura Municipal de Bauru/São Paulo é um currículo baseado na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica. Eles chamam de co-ensino na escola, quer dizer, os especialistas, a coordenação escolar e os professores devem estar juntos para resolverem os problemas de ensino das crianças que têm necessidades muito peculiares.

A professora, vamos supor – fazendo um exercício de imaginação – está recebendo uma criança, mas que ela já sabia que poderia receber, já sabia que deveria receber, já sabia que ela tinha estudado para isso, que ela terá uma equipe que vai ajudá-la, que essa criança, se tiver necessidade, terá um atendimento adicional, separado, na sala de apoio, que a sala de apoio terá um material específico para essa necessidade. Não dá para a gente se iludir que há inclusão sem isso. Professores/as, além de continuar estudando, precisam do apoio de uma equipe da escola.

Para a senhora, o que é ser um professor de educação “inclusiva” no cenário atual?

Eu vou continuar afirmando para vocês que eu não gosto muito da expressão “educação inclusiva”, porque toda educação tem que ser inclusiva. Esse adjetivo “inclusiva”, depois de educação, precisa existir, eu reconheço, por um tempo, mas ele deveria ser temporário, porque logo a gente deveria chegar à noção clara de que toda educação é para todos, é um direito de todos, e então chamar de inclusiva é quase redundante, mas vamos continuar chamando, uma vez que os estudos ainda falam em educação inclusiva, a legislação afirma. Ainda vamos continuar, mas, para mim, a necessidade máxima da educação tem que corresponder ao conhecimento máximo dos professores. É fundamental que tudo o que a gente quiser acrescentar como fundamentos da educação para todos tem que trazer no seu centro a formação cada vez mais rigorosa dos professores.

Pena que nós estamos vendo o contrário, com o ensino a distância, com o *aprender a aprender* da pedagogia neoliberal, com pouca leitura, com pouco estudo, pouco acesso a

livros – por mais que a tecnologia tenha avançado –, pouco estudo porque as pessoas também não têm mais tempo. Eu acho que, junto com um grande impulso de uma educação para todos, está tendo um contraimpulso, vamos dizer assim, na formação de professores. Eu acho que isso é uma pena, acho que a gente tem que reverter isso. Acho que vocês, novos pesquisadores, precisam colaborar para reverter isso.

Por que os modelos da medicina ainda imperam sobre a escola?

Eu acho essa pergunta de vocês muito importante. Gostaria de agradecer a oportunidade de falar sobre isso. Quando a gente fala em Medicina, é preciso fazer uma distinção: qual é o papel da Saúde Mental, da Psicologia, da Psiquiatria etc.? Pensemos a atuação da Saúde Mental no desvelamento, no diagnóstico e no tratamento de problemas mentais sérios e que existem, e que a Medicina precisa estar presente para contribuir com o avanço, inclusive dos medicamentos necessários. Isso é muito importante. Ter cuidado, porque a ideia de medicalização ela é grave porque medicalizar a saúde, medicalizar a vida é um problema, mas a medicação não é medicalização, nisso é necessária uma distinção. Há pessoas, crianças, adolescentes e adultos que precisam ser medicados para que possam participar da sociedade de modo a conseguir avançar nos seus conhecimentos, na sua comunicação, nos seus afetos. Isso é uma coisa. Se há exageros e erros, é isso que precisa ser combatido; mas não jogar fora banheira, água, criança, sabonete, tudo junto. Necessário fazer uma distinção do papel da medicina em relação à saúde mental.

Por outro lado, temos uns poucos avanços na área da Educação – e poucos mesmo. E a gente ainda coloca nas mãos da Psicologia e da Medicina a responsabilidade de resolver nossos problemas da educação! Mas essa não é uma questão de uma área ou de outra. Há campos de estudos e de práticas diversas que podem e devem ser complementares. O que acontece é que nós, da Educação, precisamos responder aos problemas que dizem respeito a nós. Por isso a necessidade de estudo, pesquisa, participação na vida da escola.

A terceira é o seguinte: as escolas têm as salas de apoio, pelo menos até agora, na legislação, as crianças, adolescentes e jovens com deficiência têm direito a um atendimento especializado. E para esse atendimento especializado não é quem o professor indica, é quem o laudo da Saúde, da medicina deu. Eu não sei como é que funciona a legislação no Espírito Santo, mas me parece que no Brasil é dessa forma. Não é assim: eu tenho quatro crianças que precisariam vir outro período para vocês ajudarem, a outra professora tem dois, o outro mais

três, não é assim que funciona. A escola encaminha para o setor de Saúde; lá, é realizada uma série de testes e avaliações. Volta para escola, vai para o setor de Educação Especial ou como queiram chamar, e essa criança passa a ser atendida. Quem está deixando a saúde definir é a péssima organização da escola, porque não tem autonomia. Por que é que a escola não pode ter constantemente grupos que atendam a todas as crianças que necessitarem? E que todas escolas tenham uma ajuda dos especialistas, dos que conhecem mais sobre determinadas deficiências?

A escola deveria continuar no papel dela, e a saúde mental para casos graves e que precisam da medicação e de um apoio médico, mas não tudo isso que está acontecendo. É para não gastar com todos os alunos que precisam, por isso os laudos e muitos deles burlados, falsos. Tem criança que tem laudo e não tem o problema que o laudo está dizendo que ela tem: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é uma quantidade grande. Autismo também. Antes tem de fazer a observação necessária, não é porque a criança é calada que já é autista. São problemas muito sérios que vocês levantam aqui nesta entrevista, que não há resposta rápida, agora. Demandam estudos e pesquisas. Essas questões necessitam estar presentes na formação dos profissionais.

Quais são suas perspectivas futuras sobre a inclusão desses sujeitos (público-alvo da educação especial)?

Eu não vejo outras possibilidades a não ser a luta por políticas dos direitos, financiamentos, investimentos adequados, formação profissional, equipe multidisciplinar, o co-ensino, aquele que está junto com os profissionais especialistas, organização adequada da sala de aula, diminuição de alunos por sala de aula quando tem alunos/as que precisam de mais atendimento. Enfim, eu acho que já fui respondendo. Insisto com a questão do sistema e da organização da escola.

A partir de sua pesquisa de doutoramento desenvolvida com Bianca e de outras pesquisas desenvolvidas e/ou orientadas pela senhora, nos explique como a mediação simbólica potencializa a constituição do sujeito com deficiência.

O princípio é o seguinte: o desenvolvimento cultural/simbólico. Considerar na perspectiva que eu assumo que os seres humanos são seres culturais. Nós não somos somente

seres biológicos. Se somos seres culturais, o que é cultura? Cultura é produção humana, então, participar das produções humanas, como ensinam Marx e Vigotski. Cultura são todas as produções simbólicas, humanas: a linguagem, o desenho, a arte, a filosofia, as ciências são construções humanas, são simbólicas. Elas representam a realidade, mas elas não são a realidade. Por exemplo: uma pedra é real, e nós produzimos conhecimento sobre a pedra. Se o ser humano é um ser cultural e simbólico, as crianças e adolescentes e jovens com graves deficiências intelectuais participam pouquíssimo deste mundo simbólico da cultura. Ficam muito mais fechados no próprio núcleo primário da deficiência, ficam mais fechados na cegueira, na surdez, na deficiência intelectual, no autismo e pouco participam desse mundo simbólico.

Nesse sentido é que trabalhei com a deficiência profunda de Bianca – uma representante de todos os deficientes intelectuais. É importante dizer que Bianca não é um ser isolado, e a participação dela na cultura era muito pequena, muito restrita, então, para mim, trabalhar no âmbito do simbólico é trabalhar no âmbito do cultural. Portanto, é a inserção de cada uma dessas crianças e adolescentes neste mundo da cultura, portanto, nesse mundo simbólico, ou seja, linguagem, gesto, palavra, desenho, as artes, a música, o conhecimento científico, a explicação da vida, quer dizer, a função dos objetos, saber se organizar socialmente, tudo isso é simbólico, porque verdadeiramente é cultural.

Agora, eu preciso do biológico para isso, e um “biológico comprometido”⁷ às vezes atrasa essa participação. Então, um indivíduo com uma deficiência profunda – da esfera do orgânico que está colocando impedimentos ao desenvolvimento – precisa de muito mais ajuda para estar inserida no mundo do simbólico, da cultura.

Algumas palavras finais...

A partir das questões trazidas no bojo da entrevista concedida pela professora Padilha, somos levados a (re)pensar os sistemas de educação em que estamos inseridos e o que temos feito para propiciar a inclusão efetiva dos sujeitos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As frases ditas por Padilha nesta entrevista ainda ecoam em nossas sinapses neuronais e nos fazem refletir sobre diversas questões, e esperamos que o faça em vocês, leitores...

⁷ Nesse contexto, a professora Padilha se referia às pessoas com deficiência intelectual profunda, por exemplo.

Será que conseguiremos trabalhar para não haver mais necessidade de utilizar o adjetivo “inclusiva” à educação? Será que neste momento de fragilidade política e nos próximos governos teremos mudanças na organização dos sistemas de ensino e/ou escola que potencializarão a inclusão escolar? Os cursos de licenciatura a distância, e mesmo os presenciais, com suas apostilas compactas, cargas horárias reduzidas, são mesmo suficientes para formar profissionais capazes de lidar com a diversidade da escola? Os cursos de formação continuada nas escolas de educação básica têm contemplado a inclusão? E os professores que participam destes cursos têm mudado a sua postura perante o alunado? Os “modelos da medicina” certamente pairam sobre sua escola. E você? Tem visto seus alunos pelo laudo ou a partir do laudo? O que tem feito pelo seu aluno sem laudo e que apresenta dificuldades?

As problematizações estão aqui. Agora fica a última indagação: o que temos feito para mudar esta realidade?